

O Riso e a Ordem Social:

Ensaio sobre a teoria de Henri Bergson sobre o riso e o cômico

Jorge Piaia Mendonça Júnior ¹

Resumo: o que entendemos sobre a ordem social da qual fazemos parte? A maneira pela qual as regras que seguimos são estabelecidas, invariavelmente, nos escapa da inteligência. Se buscarmos tornar proposicional todos os pactos tácitos que fizemos com todas as pessoas, sobre qualquer atividade, deparar-nos-emos com um abismo: não veremos o fim dessa lista. Podemos entender que haja, em um nível, uma ordem estabelecida por proposições (que engloba nossas explicações, justificações, tratos explícitos, etc.), mas não podemos negar uma ordem tácita, cuja complexidade progressiva não pode ser alcançada pela proposição (e, quando a proposição alcança esses acordos, uma nova complexificação “inunda” [à maneira de um vazamento] o cômodo onde guardamos esse novo dizer – para essa complexificação, não há fim [nos dois sentidos do termo “fim”]). Há uma espécie de “moral viva”, não-dita; de membranas delicadas, que não podem submergir à proposição sem morrer e se fossilizar. O riso é um dos agentes dessa ordem tácita.

Que tipo de combinação imagética é capaz de suscitar em nosso organismo a reação de contrair o abdômen em movimentos curtos e rápidos, esticar o rosto em uma contração conjunta de inúmeros músculos faciais e emitir um som semelhante ao de certas aves? Seguiremos as luzes de Henri Bergson sobre o tema, expostas no livro “Ensaio sobre a significação do cômico”², para perscrutar tal problema. Como um primeiro passo na busca dessa resposta, podemos mencionar três pontos bastante significativos sobre o riso. Primeiramente, podemos asserir que “não há riso fora do propriamente humano”: ainda que algum objeto nos faça rir, ele o fará em função de sua semelhança ou relação com o propriamente humano (uma pedra será engraçada quando parecer fazer algo humano, ou ter forma humana; um animal parecerá engraçado por fazer algo tipicamente humano, etc). Em seguida, notemos que o riso é incompatível com a emoção: o riso é atividade da inteligência (Bergson dirá “*inteligência pura*”), e basta irromper a emoção para que o riso dissipe-se. No momento em que rimos de alguém, nossa emoção se cala (mesmo que nutramos forte sentimento em relação à pessoa da qual se ri, no momento do riso, este deve ser obliterado), momentaneamente, para deixar irromper na superfície essa acusação de ridículo. Por fim, formando o tripé a partir do qual poderemos melhor observar o fenômeno do riso, devemos mencionar que o riso “precisa de eco”: o riso é sempre o riso de um grupo, e para parecer

¹ Graduando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2012/1. Email: jorgepmj@gmail.com

² BERGSON, Henri. “Ensaio sobre a significação do cômico”. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1983.

mais clara essa tese, podemos observar a própria manifestação do riso, que não consiste em uma sensação passível de ser experimentada introspectivamente, sendo a manifestação exterior parte intrínseca do riso, de onde podemos, mesmo sem maiores investigações, suspeitar que o riso possua uma função social de primeira ordem. Dito isso, notamos que, “*ao que parece, o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão-só a inteligência*”³.

Rimos de determinadas coisas em determinados contextos, não bastando a presença de determinado objeto para causar-nos o riso: o riso nasce de uma certa combinação entre objetos e situações. É curioso notar que não é só quando se altera o objeto risível que modificamos nossa vontade de rir; podemos alterar nosso “status de pertença” em relação a um grupo para alterá-la, posto que rimos de certas coisas quando estamos em um grupo, e, diante do mesmo objeto, poderemos não rir, caso não estejamos ‘pertencendo’ a esse grupo, ainda que percebamos (com nossos sentidos) a fonte do riso da mesma maneira que perceberíamos estando no grupo. Digo “status de pertença”, e não somente “pertença”, pelo fato de que – e nessa ordem de problema é que nos emaranhamos quando pensamos com a tese de Bergson – não necessariamente é preciso um grupo efetivo: o indivíduo pode, sozinho, gerar os efeitos dessa “pertença”: nossa relação com nós mesmos é feita nos moldes da relação que temos com os demais indivíduos (assim como o oposto [relacionarmos com os outros nos moldes com que pensamos a nós mesmos] também é verdadeiro), de modo que funcionamos, internamente, em grande medida, como um grupo, e o *rir de si* [estando sozinho] consiste em uma das notáveis evidências disso. Mas talvez isso pareça por demais obscuro... Para que isso fique mais claro, primeiro precisamos explicitar no que consiste o cerne da teoria de Bergson acerca do riso, ou seja, saber o que é que motiva o riso e qual é a função deste (no final do ensaio, apresento um mapa conceitual onde estão postos os principais pontos do livro entendendo que esse diagrama consista em ajuda melhor do que uma lenta e minuciosa exposição das teses principais do livro, máxime a brevidade, precisão e clareza do livro referido).

Dito sem rodeios, Bergson propõe que o riso consiste em um comportamento cuja função primordial é *coagir* certas manifestações potencialmente nocivas ao grupo que ele pertence (por extensão, aquilo que faz mal à sociedade; o indivíduo que ri objetiva, essencialmente, *corrigir* (humilhando) algum tipo de conduta “excêntrica” (essa é uma palavra chave para ligar a noção de Bergson com a nossa intuição ordinária sobre o que é

³ BERGSON, Henri. “Ensaio sobre a significação do cômico”. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1983, Página 9.

engraçado). Essas manifestações podem ser atacadas direta ou indiretamente, pois o riso persegue tudo que dessas manifestações é derivado, de modo que, como foi dito, toda manifestação que causa o riso é relacionada ao âmbito humano, e, mais especificamente, às derivações destes comportamentos humanos, aos quais o riso dirige seu poder coercitivo.

Tão logo explicitado isso, será de bom alvitre expor sobre que ordem de comportamentos estamos a falar, posto que parece que bem claro temos os limites desse conjunto para asserir o supracitado. Talvez, entretentes, não seja a delimitação rigorosa do conjunto a que tenhamos de nos dirigir – sob pena de enfraquecer a validade da teoria bergsoniana, tornando-a requeridora de *ad hoc*s pouco digestos –, mas a certo *centro* que, como um eixo gravitacional, possui diversos elementos nele orbitando, ora mais próximos, ora mais distantes; esse núcleo, pois, cuja proximidade concederá a um determinado fenômeno o caráter de risível, pode ser tomado como sendo o que Bergson chama de *rigidez mecânica ou automatismo calcado no vivo*. A vida exige dos corpos que os mesmos sejam maleáveis, atentos e flexíveis em relação às oportunidades e aos obstáculos que a eles se apresentam. O ser vivo será tão mais eficaz e potente quanto melhor puder lidar com essas adversidades e oportunidades. É natural, pois, que o corpo social exija de seus indivíduos que os mesmos apresentem tais propriedades, bem como é natural que esse corpo social coaja aquilo que atenta contra essas propriedades: a ausência de flexibilidade, a incapacidade de responder adequadamente, a desatenção, a *repetição* (vide o gráfico ao final do texto), todos os tipos de rigidezes do corpo vivo e tudo que a isso se assemelhe serão os alvos do riso. Tomando um exemplo, podemos mencionar a linguagem, da qual se espera que imite a vida, sendo flexível e capaz de se ajustar às situações da realidade; porém essa linguagem, cedo ou tarde, adquirirá hábitos, padrões rígidos, que solidificam seu uso, e nascerá disso toda ordem de elementos risíveis associados à linguagem, como os trocadilhos, as ambiguidades, as imprecisões, os sotaques, etc.

[...] assim como não há tanque que não deixe flutuar folhas mortas na sua superfície, não existe alma humana em que não se formem hábitos que a enrijeçam contra si mesma enrijecendo-a contra as demais, também não existe língua bastante flexível, bastante viva, bastante presente inteiramente em cada uma de suas partes para eliminar o já feito e para resistir também às operações mecânicas de inversão, transposição etc. que se queiram executar sobre ela como sobre uma coisa qualquer. O rígido, o já feito, o mecânico, contrariamente ao maleável, ao continuamente cambiante, ao vivo, o desvio contrariamente à atenção, enfim, o automatismo contrastando com a atividade livre, eis em suma o que o riso ressalta e pretende corrigir.⁴

⁴ BERGSON, Henri. “Ensaio sobre a significação do cômico”. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1983, Página 62.

Na mesma intensidade com que nos ajustamos à sociedade, exigimos que os outros também o façam: já as crianças possuem, claramente, esse comportamento coercitivo daquilo que Bergson chama de “excentricidade” (no sentido de algo que escapa do centro [imaginário] da sociedade [também imaginária]); agem sobre regras rígidas (internas ao grupo), esforçando-se por cumpri-las e, mais ainda, sendo intolerantes com aqueles que a essa ordem não se adequem. Na vida adulta seguimos o mesmo padrão, porém, adquirimos a habilidade de seguir regras como se não estivéssemos nos submetendo a elas, ou seja, sem obter as afecções negativas que decorrem da submissão: passamos a, efetivamente, querer e gostar daquilo que devemos querer e gostar, e nessa modelagem pessoal o riso [ou, mais precisamente, sua possibilidade] é ferramenta imprescindível; como diz de maneira sucinta e precisa nosso autor, “[o riso] *obriga-nos a cuidar imediatamente de parecer o que deveríamos ser, o que um dia acabaremos por ser verdadeiramente*”⁵. Intuindo o poder e a abrangência do riso, talvez pudéssemos flertar com as seguintes perguntas [e imagens]: não será o riso uma espécie de carcereiro (do presídio que é a vida em sociedade – *que é a vida*) cuja determinação na organização dos detentos é esquecida devido ao nosso hábito de pensar apenas no diretor do presídio (moralidade e leis)? A ordem efetiva dentro do presídio é determinada, em suas sutilezas, pelo diretor ou pelos guardas? O *medo de sermos ridículos e patéticos*: não serão essas as verdadeiras paredes contra as quais se comprimem as membranas de nosso ser, dando forma ao nosso eu mais íntimo?

A distinção fundamental a ser feita, para bem seguirmos o presente trabalho, é entre a relação do riso com a ordem social e a relação do riso com a moral. Após essa breve exposição, podemos sentirmo-nos tentados a associar o riso a um agente moralizante, posto que age de maneira semelhante (coagindo) e com objetivos, também, semelhantes. Mas não é o caso: o riso, por vezes, atenta contra a moral (a experiência de rir em situações em que o mesmo é imoral é deveras frequente, por exemplo). A chave para entender a razão de nossa dificuldade para distinguir tais agentes é o fato de que, em grande parte, os objetivos da moral e da ordem social convergem para o mesmo lugar, porém, essa semelhança de objetivos não é sempre ocorrente. Uma virtude inflexível, inapta a ajustar-se às exigências e retirar-se momentaneamente, é mais risível do que um vício flexível, pois o riso preserva a força do grupo, não a integridade da alma. Sobre isso podemos nos perguntar: de que grupo se está a falar? Não se trata de um grupo efetivo. Sem precisar cair em lodosas concepções, como “ideia de grupo”, podemos pensar na *função de pertencer a um grupo*, considerando que esta

⁵ BERGSON, Henri. “Ensaio sobre a significação do cômico”. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1983, Página 13.

função-comportamento carrega consigo certos programas de proteção, não só da permanência *no* grupo, mas de subsistência *do* grupo, de modo que o riso seria um mecanismo (tal como a empatia, em outra frente) que possibilita essa amálgama de pessoas lograr subsistir.

Bergson fala sobre a imensa dificuldade de tratar de um tema tão amplo e complexo como o risível; a diversidade de sua manifestação faz com que o problema converta-se em areia em nossas mãos, escorrendo por nossos dedos quando pensamos que o capturamos. A teoria de Bergson não *abraça* o riso (criando uma definição rígida), mas *aponta* para seu centro: a periferia, talvez, pouco mantenha de semelhante, à primeira vista, com esse centro, mas obtém seu caráter de risível por essa proximidade.

Sem subestimar a complexidade do tema, podemos invocar outra problemática que está emaranhada com essa acerca do riso, a saber, a da deturpação das funções de determinados comportamentos pela ascensão do domínio da consciência sobre tais comportamentos outrora inconscientes. Gradualmente, as ações humanas passam de instintivas para deliberadas, de modo que diversas funções cuja ativação e manifestação jaziam no “controle” do instinto-inconsciente passaram a ser feitas pela deliberação. Nesse processo, além das óbvias vantagens na maioria dos casos, temos desvantagens, que nascerão, por exemplo, quando entendemos erroneamente a função de determinado comportamento, ou quando subestimamos seu valor para nossa economia psíquica, ou quando usamos esse comportamento para fins diversos, etc. Esse processo pode tornar estéril um comportamento (à maneira pela qual um solo muito utilizado não produz bons frutos). O sorrir (*to smile*), por exemplo, é um desses comportamentos esvaídos, que já viraram linguagem abstrata, tal como uma palavra qualquer, sendo desprovida de espontaneidade – há *identidade* entre um sorriso no rosto e um digitado emoticon de sorriso. O riso, por sua vez, também logrará tais efeitos, tornando a própria teoria de Bergson algo aparentemente cheio de exceções. Porém, essas exceções não se dão pelo fato de a teoria não tocar a essência do riso, mas pelo fato de que o riso, como diversos outros comportamentos humanos, já não ter intacta a sua função original, cuja sustentação consistiu na razão para que o riso fosse um comportamento presente em nós. Cada vez mais, somos comandantes do naufrágio que somos – marchamos em cavalos cinzentos mecânicos para uma vida de planta que corta suas próprias raízes com os dentes que acredita ter.

Ao mesmo tempo em que vemos a besta sem pelos tornar-se uma besta sem rosto, olhamos para os pequeninos – e qual ensaio sobre o riso esquecê-los-ia? – e vemos, nos desenhos rosados de seus lábios, que a criança que aponta para algo risível e libera uma gargalhada é partícipe da sinfonia da humanidade, a qual é composta mais de tempestuosas

risadas do que de si bemóis ou imperativos categóricos. Essa sinfonia distancia-se da dissonante natureza convergindo sempre para o unísono: esconde-se, por trás do senso de humor [e do medo de ser alvo desse humor], uma ordem centralizadora e – digamo-lo sem medo de exagerar nas tintas – fascista. Conseguimos vislumbrar, ainda que em um distante horizonte, uma relação humana cuja diretriz não seja o poder, porém, imaginar uma relação onde o riso não é possível (não onde ele não é manifesto, pois isso é comum, mas onde seja impossível), é deveras abissal, e teríamos a impressão de estarmos diante, não de homens, mas de monstros – ou de deuses. Dessa imagem poderíamos saltar para a proposta de que, caso, de fato (como nos parece), o riso consista em uma forma de proto-fascismo, e, junto disso, pensar um ser humano que não ri é aterrador, talvez não tivéssemos de pensar no combate ao fascismo (e suas formas sutis), mas, sim, no cultivo menos danoso possível deste, sob pena de grave mutilação psíquica ou – o que parece mais provável – incentivar a manifestação do fascismo de maneira distorcida, à maneira do retorno do recaiado freudiano, como uma besta – como nós.

risíveis, o aspecto do domínio da consciência sobre as ações involuntárias podem exercer o riso para outros fins, com outros resultados (lembramos que o masoquismo, por exemplo, não consiste em objeção à definição geral do que é o prazer enquanto oposto à dor).

(d) O riso atende à sociedade, não à moral. O riso nasce de insensibilidade (expectador) combinada com a insociabilidade (personagem).

(e) O disfarce tenta imitar a vida e acompanhar sua plasticidade, mas é artificial e duro. É algo que aprisiona a vida; a falsifica. Rimos do disfarce quando ele é isolado de seu contexto legitimador (a moda, por exemplo).

Referência Bibliográfica:

BERGSON, Henri. “Ensaio sobre a significação do cômico”. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1983.